



Boletim do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal de SC - Filiado à FENAJUFE - nº 786 - 23.04.07

Assembléia estadual discute Jornada de Lutas dos SPFs

Plano de Lutas, eleição de delegados para a reunião ampliada da Fenajufe, no dia 5 de maio, e para a plenária da Cnesf, no dia 6 de maio, Reforma da Previdência, Emenda 3, Direito de Greve e o PLP 01, embutido no PAC, que impõe congelamento de salário para os servidores até 2016 estarão no centro do debate na Assembléia Estadual desta terça-feira (24/04), às 13 horas, em frente ao TRT. No Judiciário Federal de Santa Catarina, os servidores começam nesta semana a discutir as questões da categoria e a Jornada de Lutas de maio (*veja matéria no verso*).

Além desses temas, os servidores deverão eleger delegados para a Reunião Ampliada da Fenajufe, no dia 5 de maio, e a Plenária da Cnesf, no dia 6 de maio. A assembléia será precedida por reuniões setoriais nesta segunda-feira, às 13 horas, no TRE,

e às 17 horas na Justiça Federal. Assembléias estarão ocorrendo em todo o País durante a semana, discutindo o plano de lutas dos servidores do Judiciário Federal, conforme o calendário aprovado pela Executiva da Fenajufe, cumprindo decisão do 6º Congrejufe, e seguindo o calendário da Cnesf.

Regulamentação do PCS

Um dos temas de grande importância na assembléia será a regulamentação do PCS, principalmente a questão da remoção, que tem sido reclamada por muitos servidores. A Fenajufe e o Sintrajusc têm acompanhado as discussões sobre regulamentação entre os Tribunais superiores. Na última reunião, no dia 12 de abril, envolvendo os diretores-gerais dos tribunais, no Supremo Tribunal Federal (STF), três

pontos da Lei 11.416/06 (PCS) foram abordados: ingresso e enquadramento, capacitação e remoção. Participaram da reunião os coordenadores da Fenajufe Roberto Policarpo e Lúcia Bernardes. Em relação ao mais polêmico deles - a remoção - as entidades sindicais conseguiram vários avanços, principalmente em relação ao estágio probatório, em que o servidor pode se beneficiar da remoção ou do concurso de remoção.

Outro avanço foi a retirada do interstício de três anos para o servidor solicitar nova remoção. Alguns pontos não foram contemplados sob o argumento de que cada Tribunal teria que adaptar o texto a sua realidade, provocando uma regulamentação específica. Mas a implementação de tal regulamentação contará com a participação efetiva das entidades dos servidores.

Assembléia estadual elege delegados para Ampliada da Fenajufe e Plenária da Cnesf

Nesta terça-feira, 24/04, às 13 horas, em frente ao TRT.

Pauta: Plano de Lutas, Eleição de delegados para a reunião ampliada da Fenajufe, no dia 5 de maio, e para a plenária da Cnesf, no dia 6 de maio, Reforma da Previdência, Emenda 3, Direito de Greve e o PLP 01

Hoje é dia nacional de mobilização contra a Emenda 3

Esta segunda-feira, 23 de abril, será o segundo dia nacional de mobilização em defesa do veto presidencial à Emenda 3 da lei que criou a Super Receita. O veto pode ser apreciado a qualquer momento pelo Congresso Nacional. A Emenda 3 contraria direitos elementares da classe trabalhadora, pois facilita a contratação ilegal de trabalhadores, transformando funcionários em empresas para burlar o pagamento de férias remuneradas, 13º, FGTS, vale-transporte, vale-refeição, plano de saúde e outros benefícios, sem alterar os valores dos salários.

O lobby patronal a favor da “Emenda 3” e contra o veto imposto por Lula (que em tese pode ser derrubado com maioria qualificada no Congresso) faz parte de uma ofensiva bem mais ampla contra a classe trabalhadora, que compreende ainda restrições ao direito de greve, redução de direitos previdenciários e outras iniciativas. Milhares de trabalhadores estarão nas ruas durante o mês de maio para lutar contra essas medidas, que trazem embutida uma nova Reforma da Previdência disfarçada, já que muitos dos direitos previdenciários dos trabalhadores serão afetados se essas medidas foram aprovadas.

Luta contra PLP 01/07

Na semana passada, várias atividades mobilizaram SPFs de todo o País contra o Projeto de Lei Complementar nº 01/07, que

limita em 1,5%, mais a inflação do período anterior os gastos com pessoal do funcionalismo público federal. O projeto faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que tramita no Congresso Nacional. Audiência na Câmara dos Deputados mobilizou na terça-feira (17) a CUT e as entidades dos servidores federais que compõem a Cnesf (Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais) para o lançamento do Fórum Parlamentar em Defesa do Serviço Público e para a audiência pública na Câmara dos Deputados contra o PL 01/07.

A audiência pública era uma das atividades do Dia Nacional de Luta dos servidores federais. A Cnesf e a CUT orientaram a participação de todas as entidades no debate. Os militantes sindicais seguiram a orientação da Central e da Coordenação e lotaram o plenário 12 do anexo II da Câmara dos Deputados, onde aconteceu a audiência pública. Além da Fenajufe, estavam presentes representantes de várias entidades sindicais. Na audiência, todos os dirigentes sindicais pediram apoio dos deputados para pressionar o governo a retirar o PLP 01 do Congresso Nacional.

Ameaça ao direito de greve dos SPFs

O direito de greve dos SPFs é outro tema que será debatido na assembleia de amanhã. Com a votação do STF, há duas

semanas, sete dos 11 ministros já decidiram pela aplicação das mesmas normas que regem o tema com relação ao trabalhador na área privada. Como não há legislação específica para as paralisações feitas pelos servidores públicos, o STF começou a sinalizar favoravelmente ao uso da norma existente para trabalhadores da área privada a fim de limitar as greves dos servidores públicos. O julgamento dos mandados de injunção ajuizados pelo Sindicato dos Servidores Policiais Cíveis do Espírito Santo (Sindipol) e pelo Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário do Estado do Pará (Sinjep) foi suspenso no dia 12/04 pelo pedido de vista do ministro Joaquim Barbosa.

No dia do julgamento, entidades dos SPFs e a CUT entregaram memorial aos ministros do STF sobre o assunto, solicitando aos ministros que não votassem pela aplicação das normas que regem os trabalhadores privados, por considerarem que tal medida poderá limitar e proibir o livre exercício dos trabalhadores de se organizarem em movimento grevista. O memorial questiona a aplicação da Lei Geral de Greve (Lei 7783/89), do setor privado, aos servidores públicos; a ausência de mecanismos de solução de conflitos entre os servidores públicos e o Estado; a necessidade da garantia da negociação coletiva; e os limites que serão impostos aos servidores públicos com a aplicação da Lei 7.783/89.

Rapidinhas!!!

**Por robakbarros@yahoo.com*

Amanhã na Assembléia em frente ao TRT é também o momento de a gente – de uma vez por todas – planejar como vamos atacar o problema do excesso de trabalho e da falta de servidores. A única resposta que os Tribunais têm dado ao sindicato é: **“o quadro está completo”**. No meu modesto entendimento o que está completo é **o caos**.

É que há uma diferença entre estar lotado (no papel) e estar no efetivo exercício (no local de trabalho) – Diferença esta invisível aos olhos das administrações. Uma bomba-relógio fazendo tic, tac, tic, tac na gaveta de quem administra com tapa ouvidos.

Os colegas que trabalham nas varas (JF e JT) sabem perfeitamente do que estou falando. Não dá mais pra ficar adoecendo em busca dos melhores números nas nossas estatísticas. **Ampliação do quadro já!**

** O endereço eletrônico está à disposição para quem se sentir ofendido (no caso, quando servir o chapéu) bem como para mandarem sugestões para esta seção. ****

Expediente: *Boletim do SINTRAJUSC* é uma publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina - Filiado à FENAJUFE. Rua dos Ilhéus, 118 - sobreloja, sala 3 - Edifício Jorge Daux - CEP 88010-460 - Centro - Florianópolis/SC - Fone/fax: (048) 3222.4668 imprensa@sintrajusc.org.br
www.sintrajusc.org.br Jornalista responsável: Amilcar Oliveira SC-00462-JP